

Plano de Formação



2025/2027

Plano de Formação do Agrupamento

1 - Nota Introdutória	3
2 – Enquadramento Legal.....	4
3 – O Plano de Formação	5
3.1 – Operacionalização	5
3.2 – Explicitação de Necessidades e Levantamento de Interesses	6
3.2.1 – Diagnostico das Necessidades de Formação	6
3.2.2 – Áreas e Domínios de Formação – Levantamento de Necessidades	7
3.2.3 – Destinatários.....	9
3.2.4 -Formadores	9
3.2.5 – Modalidades de Formação	9
4 – Monitorização do Plano de Formação.....	10

1- Nota Introdutória

O investimento na formação e na atualização profissional assume, cada vez mais, uma enorme preponderância no quadro educativo atual, pois só desta forma será possível responder mais adequadamente às exigências de uma sociedade em constante transformação. O presente Plano de Formação, pretende definir-se como uma estratégia promotora do desenvolvimento pessoal e social do pessoal docente e não docente, complementando assim a aplicação dos princípios orientadores do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Padre Antonio Martins de Oliveira.

A concretização do Plano de Formação parte das necessidades sentidas pela Comunidade Educativa, nomeadamente os Órgãos de Direção e Gestão, os Docentes, os Técnicos Especializados, os Assistentes Técnicos e os Assistentes Operacionais. Constitui uma responsabilização formativa partilhada de todos os intervenientes da ação educativa, uma intenção de aprofundamento de conhecimentos e um consequente aperfeiçoamento de competências/práticas.

2 – Enquadramento Legal

O Plano de Formação do Pessoal Docente encontra legitimidade nos documentos estruturantes em vigor no Agrupamento de Escolas Padre António Martins de Oliveira, tendo por base legal os seguintes Normativos:

- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho;
- Despacho n.º 18038/2008, de 4 de julho;
- Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro;
- Decreto-Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro;
- Decreto-Lei nº 22/2014, de 11 de fevereiro.

Relativamente ao Plano de Formação direcionado para o Pessoal Não Docente, este tem por base legal os Normativos seguidamente enunciados:

- Decreto-Lei nº 184/2004, de 29 de julho;
- Decreto-Lei n.º 127/2015, de 7 de julho;
- Despacho n.º 4595/2015, de 6 de maio;
- Despacho n.º 5418/2015, de 22 de maio (estabelece a correspondência entre as áreas de formação previstas no Decreto-Lei n.º 22/2014)

3 – O Plano de Formação

3.1 – Operacionalização

CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE FORMAÇÃO

O Plano de Formação do Agrupamento de Escolas Padre António Martins de Oliveira pretende que se assuma como um complemento aos propósitos do Projeto Educativo espelhando uma vontade partilhada de atualizar conhecimentos e aperfeiçoar práticas. Com a missão de construir o futuro inovando o passado, o Agrupamento propõe a aposta na prestação de um serviço público de qualidade através de um ensino assente no rigor, exigência e equidade. Um ensino de qualidade pressupõe, evidentemente, a aposta numa formação integral dos nossos alunos enquanto seres individuais e sociais, pressupõe-se, por isso, um investimento na promoção dos valores da cidadania. Apresenta-se uma cultura de escola muito própria dado ser constituído por várias Unidades Orgânicas localizadas em áreas distintas. Esta realidade proporciona uma diversidade de exigências, ambições e necessidades, por parte dos intervenientes do processo educativo. Tendo por base a realidade do Agrupamento, o Plano de Formação deverá dar resposta a estas necessidades encontrando pontos de referência comuns que enriqueçam o processo de crescimento pessoal e social do pessoal docente e não docente, sempre em prol dos alunos e do seu sucesso pessoal e social. O Plano de Formação visa desenvolver capacidades individuais com vista à aquisição de competências que habilitem os diferentes profissionais para a construção do seu projeto de trabalho de forma consistente, eficaz e eficiente dando, assim, resposta às suas necessidades, às necessidades do Agrupamento e dos alunos. O sucesso do Agrupamento Espamol na concretização dos seus objetivos organizacionais e educativos assenta, em grande parte, numa vontade do pessoal docente e não docente em investir numa atualização e num aprofundamento de conhecimentos e na aposta, por parte da Direção, na promoção de oportunidades de partilha e de enriquecimento pessoal e profissional.

3.2 – Explicitação de Necessidades e Levantamento de Interesses

3.2.1 – Diagnostico das Necessidades de Formação

O presente Plano de Formação foi elaborado tendo por base as necessidades e os interesses expressos pelos diferentes agentes educativos. Esta recolha foi obtida em sede de reunião dos Departamentos Curriculares e do Pessoal Não Docente, que após reflexão conjunta, entregaram as suas propostas. Da articulação entre as linhas de ação do Projeto Educativo e as necessidades de formação apresentadas pelo Pessoal Docente e Não Docente, foram definidas áreas formativas prioritárias.

ÁREAS PRIORITÁRIAS – PESSOAL DOCENTE

Pessoal Docente	Áreas Prioritárias
	Inclusão
	Suporte Básico de Vida
	Trabalho Colaborativo
	Inteligência Artificial
	Competências Digitais

ÁREAS PRIORITÁRIAS – DIREÇÃO

Direção	Áreas Prioritárias
	Contabilidade Pública
	Liderança e Motivação de Equipas

ÁREAS PRIORITÁRIAS – PESSOAL NÃO DOCENTE

Pessoal Não Docente	Áreas Prioritárias
	Relações Humanas
	Atendimento ao Público
	Higiene, Saúde e Segurança
	Competências Digitais
	Contratação Pública

3.2.2 – Áreas e Domínios de Formação – Levantamento de Necessidades

Do levantamento das necessidades sentidas pelo Pessoal Docente e Não Docente do Agrupamento surgiram as seguintes propostas de ações de formação constantes nos quadros seguintes.

Plano de Formação - Pessoal Docente

Pessoal Docente			
Ano letivo	Proposta de Ação de Formação	Objetivos da Formação	Propostas de Conteúdos mais Relevantes
2025/26	Suporte Básico de Vida	Poder responder prontamente a situações de emergência da comunidade escolar	Manobras de reanimação e de socorrismo; Utilização de instrumentos de suporte básico de vida;
	Medidas de autoproteção nos edifícios escolares	Consolidar competências sobre regras/procedimentos de autoproteção nos edifícios escolares	Aquisição de conhecimentos sobre as medidas de autoproteção nos edifícios escolares; Capacitação dos Delegados de Segurança.
2026/27	Plataforma Intuitivo	Consolidar competências sobre a Plataforma Intuitivo	Capacitação para uma utilização eficaz e eficiente da Plataforma Intuitivo.
	Aplicação de Ferramentas Digitais – Partilha de práticas pedagógicas para a recuperação das aprendizagens essenciais	Adquirir competências digitais para implementar na recuperação das Aprendizagens essenciais.	Partilha de práticas pedagógicas; Promoção do desenvolvimento de competências digitais que visem a implementação de práticas pedagógicas com vista à recuperação das aprendizagens.
	Flexibilização e integração curricular numa escola inclusiva	Consolidar conhecimentos sobre a flexibilização do currículo.	Partilha de práticas pedagógicas; Consolidação de conhecimentos para a flexibilização e integração curricular.

Pessoal Não Docente			
Ano Letivo	Proposta de Ação de Formação	Objetivos da Formação	Propostas de Conteúdos mais Relevantes
2025/26	Suporte Básico de Vida	Poder responder prontamente a situações de emergência da comunidade escolar	Manobras de reanimação e de socorrismo; Utilização de instrumentos de suporte básico de vida;
	Medidas de autoproteção nos edifícios escolares	Consolidar competências sobre regras/procedimentos de autoproteção nos edifícios escolares	Aquisição de conhecimentos sobre as medidas de autoproteção nos edifícios escolares; Capacitação dos Delegados de Segurança.
	Contratação pública	Desenvolver conhecimentos/ competências sobre os procedimentos de contratação pública na escola	Aquisição de conhecimentos sobre os normativos que regulam a contratação pública; Desenvolvimento de competências de operacionalização dos procedimentos de contratação pública.
2026/27	Comunicação e relações interpessoais	Desenvolver competências comunicativas e de relações interpessoais.	Potenciação de competências de comunicação eficaz e eficiente; Potenciação de competências da relação com o outro.
	Higiene, saúde e segurança	Adquirir/consolidar conhecimentos/procedimentos sobre saúde, higiene e segurança no trabalho	Aquisição/consolidação de conhecimentos/ procedimentos sobre saúde, higiene e segurança no trabalho.
	Capacitação Digital	Adquirir/consolidar conhecimentos em folhas de cálculo	Aquisição/consolidação de competências em folhas de cálculo

3.2.3 – Destinatários

O Plano de Formação destina-se ao pessoal docente e não docente de todas as Unidades Orgânicas do Agrupamento de Escolas Padre António Martins de Oliveira. De acordo com a disponibilidade e oportunidade são também desenvolvidos workshops e seminários sobre temáticas relevantes.

3.2.4-Formadores

Os formadores serão, sempre que possível, docentes do Agrupamento e de outros Agrupamentos que possam dinamizar ações de Formação em estreita parceria com o Centro de Formação de Albufeira/ Lagoa e Silves, bem como com formadores externos.

3.2.5 – Modalidades de Formação

De acordo com Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, que estabelece o Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores e define o respetivo sistema de coordenação, administração e apoio, apresenta as seguintes modalidades de formação existentes:

- a) Cursos de formação;
- b) Oficinas de formação;
- c) Círculo de estudos;
- d) Ações de curta duração;

Nas ações de curta duração poderão surgir propostas de formação em formato de workshop, seminários e palestras.

4 – Monitorização do Plano de Formação

A concretização do presente Plano de Formação será monitorizada pelo Conselho Pedagógico em articulação com o CFAE sendo, no final de cada ano letivo, elaborado um relatório referente às Ações de Formação previstas, realizadas e não realizadas com a devida fundamentação/justificação. Acresce ainda outras informações/reflexões consideradas pertinentes para uma eficiente monitorização do trabalho desenvolvido, do impacto da formação na melhoria das práticas educativas e para a eventual implementação de melhorias e, se pertinente, a alteração de áreas prioritárias ou a concretização de novas propostas. O relatório em causa poderá ser elaborado por elementos do Conselho Pedagógico ou por um grupo de trabalho nomeado pela Diretora e aprovado em Conselho Pedagógico.

Aprovado em Conselho Pedagógico de 19 de dezembro de 2025

A Presidente do Conselho Pedagógico: